

## Comunicação e Movimentos Sociais: O jornal do MAB como mídia radical alternativa

Helder Ronan de Souza Mourão<sup>1</sup>

### Introdução

Muito se discute sobre o papel dos meios de comunicação e como eles têm sido usados atualmente. O jornalismo, por conseguinte, já foi visto como fruto da indústria cultural e simples ferramenta de manipulação burguesa. Em outro momento fora denominado de quarto poder e outros tantos adjetivos e termos. Mas a única sólida teoria sobre o jornalismo<sup>2</sup> definiu-o como forma social de conhecimento, destacando o potencial crítico emancipatório inerente à práxis comunicacional. Por isso, reconhece o papel fundante dessa forma de conhecimento na luta de classes e formação de sujeitos históricos.

Com todos os problemas que os jornalistas têm trabalhar esse tipo de jornalismo na era do capital, os movimentos sociais têm reconhecido a necessidade de jornais (e mídia de modo geral) alternativos à grande mídia. Por sua ligação com movimentos ligados a luta de classe, revolução contra o capital e outras características apresentadas nesse artigo, pretendemos mostrar como o jornal do MAB (Movimento do Atingidos por Barragem) pode ser reconhecido como mídia radical alternativa, termo teorizado por Downing (2002).

Para esse trabalho, precisamos situar o contexto econômico e político do Brasil e encontrar os movimentos sociais nesse contexto, bem como destacar de que forma a mídia radical aparece. Precisamos também apresentar o MAB e mostrar, em fim, como o jornal pode ser entendido como mídia radical.

### Os movimentos sociais e o contexto econômico e político do Brasil

O contexto político e econômico atual do Brasil mostra forte atrelamento no comum tripé do capitalismo: Exploração de recursos naturais, do trabalho humano e o apoio do estado. A relação do estado com esse sistema se dá em função da dependência econômica que a política atual mantém.

Com o estado amarrado dessa forma, suas ações são direcionadas *a priori* as necessidades do capital e depois as necessidades da população, que quase sempre são colocações imediatas para as consequências causadas pelo próprio estado e o capital, de forma que o problema sempre se reproduza e as ações fiquem nos pormenores imediatistas.

Em publicação da revista Caros Amigos, edição Nº 173 de 2011, Arbex Jr diz que no Brasil o proletariado, agente desses movimentos, tentou ser substituído pelo precariado. O lulismo buscou, mascarou e escondeu os movimentos sociais criando estratégias de tirar sua identidade proletariada, por uma noção abstrata de identidade cultural. Com isso, os movimentos tendem a perder seu caráter emancipatório com crítica ao capitalismo em troca de uma busca mais rápida e imediata por políticas públicas dentro do próprio capitalismo.

O amadurecimento do Estado e a enxurrada de instituições governamentais/não-governamentais de assistência ao pobre, aos direitos das mulheres, dos negros, dos índios, dos homossexuais, da criança, do idoso, de proteção ambiental, representam abstrações de uma “vontade política” mais indisposta do que nunca a subtrair as causas dos problemas sociais que se originam exatamente no crescimento econômico. (PINASSI. Revista Herramienta Nº 46, Ano XV)

---

<sup>1</sup> Estudante de graduação em Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, *campus* Parintins, Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ.

<sup>2</sup> Genro Filho (1987)

Esse tipo de ação é uma via de mão dupla, pois com isso o estado se mantém conservador e em troca dá migalhas e resultados abstratos, fazendo o jogo duplo, mas pensando secundamente no público. Os problemas que se refletem no Brasil atual, são os mesmo problemas de sempre, a falta de comida e terra, gerando pobreza e outros problemas sociais, que tentam ser resolvidos à conta gotas. Mas a pobreza, teoricamente, não é “o problema” e sim a consequência de um sistema explorador.

O reconhecimento da identidade e as políticas de respeito étnico, cultural ou de gênero respondem apenas a questões mais específicas e desviam os olhares da questão estrutural e do real problema que gera essas consequências.

Reconhecidamente, Lula é um fenômeno dos mais notáveis da política contemporânea, sobretudo por sua habilidade ímpar de agradar ‘a deus e ao diabo’. Defensores do institucionalismo desmancham-se em elogios ao ‘mais republicano’ governante do Brasil. Os mais críticos, no entanto, consideram-no uma “falsa guinada à esquerda” e um “inequívoco ataque à classe trabalhadora. (PINASSI. Revista Herramienta Nº 46, Ano XV)

Trata-se da reformulação dos movimentos sociais, pois se entende que são eles os principais agentes dessa necessária mudança estrutural. Esse povo é um indivíduo historicamente posto como “potencial indignado”, pois sendo expropriado e explorado, torna-se o sujeito apto à rebeldia contra a estrutura.

A transformação social exige muito mais do que a tomada do poder político formal, executivo ou legislativo, esta perspectiva é plenamente aceitável, mas se significar que mudanças fundamentais (...) podem ser realizadas sem o exercício do poder, é uma total ilusão. (HOUTART in ATILIO; AMADEO e GONZÁLEZ, 2006, p.425).

Eagleton (1997) lembra que, “O que também deve ser contestado é toda a área da ‘cultura’, definida em seu sentido mais amplo, mais corriqueiro. O poder da classe dominante é espiritual assim como material...” (p.116).

Sob essa ótica, o lulismo tenta transformar esse movimento, que não está diretamente ligado ao poder político formal, em um movimento social mais líquido. Aproveitando os conceitos que Downing (2002) traz de Arato e Cohen (1992) podemos classifica-los de Novos Movimentos Sociais, movimentos que perderam a capacidade de transformação social e de classes subalternas, sendo mais manipuláveis e maleáveis pelo estado. Peruzzo define classes subalternas através de Wanderley in Valle e Queiroz (1979) conceituando-as como submissas econômica e politicamente às classes dominantes.

Não surpreende, portanto, que o lulismo, uma vez no poder, atenda democraticamente às necessidades do capital em sua *crise estrutural* e, democraticamente, desmonte cada uma das conquistas históricas da classe trabalhadora. No comando do Estado, o lulismo é o vetor político da vez a oferecer tanto os alicerces propícios à criação das carências formadoras de seu próprio público quanto os placebos requeridos para sua reprodução. (PINASSI. Revista Herramienta Nº 46, Ano XV)

Alguns movimentos, principalmente os mais antigos, sobrevivem, em partes<sup>3</sup>, a essa tentativa de perder a crítica ao capital e ao modelo político econômico vigente. No Brasil, o mais

---

<sup>3</sup> Apesar de se adequarem e até apoiarem o lulismo, não se converteram em Novos Movimentos Sociais.

proeminente é com certeza o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, com cerca de 30 anos de luta, principalmente a favor da reforma agrária.

Outro movimento de enorme importância é o Movimento dos Atingidos por Barragem, MAB, que completou recentemente 20 anos de uma ampla luta em todo Brasil em função do recente crescimento do mercado energético brasileiro e o desenvolvimento das pesquisas sobre a energia hídrica paralela ao grande potencial hidrelétrico do país, em todas as regiões. A discussão sobre as barragens é ampliada pelo MAB, buscando clarear outros temas comuns nas barragens, como direitos humanos e economia política sobre a água e a energia no Brasil e no mundo.

### **O movimento dos atingidos por barragem - MAB**

Em março de 1991 ocorreu o I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, onde se oficializou a constituição do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em escala nacional. O congresso percebeu que além da luta de sua região pela garantia de indenização, haveria a necessidade de discussões para a implantação de um novo modelo energético nacional e internacional.

Há cerca de 20 anos o MAB luta contra a mercantilização da energia e da água, bem como os problemas que essa mercantilização, e principalmente o processo de barragens, traz as comunidades, seja pelos atingidos diretamente, ou pelas comunidades que têm alguma relação de dependência com os atingidos.

Para o MAB a água, sendo essencial para a vida humana, deve ser um bem público que todos tenham acesso e qualidade, logo ela não pode ser privatizada nas mãos de multinacionais que tem como único interesse aumentar seus lucros.

Esses sujeitos sociais, como os demais excluídos do ‘progresso neoliberal’ vem sendo historicamente ‘objeto’ de descaso das elites no poder que ao construir essas grandes obras, que, deixa a mercê da sorte milhares de famílias, (...) são mais de um milhão de pessoas atingidas pela construção de barragens no Brasil e o destino de suas vidas, não tem sido preocupação das elites no poder. ( SOUZA, III Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís – MA, agosto 2007, p 2)

Com isso, o MAB tem demandas muito extensas, mas que não se deixaram corroer pelas demandas dos NMS’s<sup>4</sup>. As demandas do MAB muitas vezes se cruzam com as do MST, já que o processo da barragem tira as terras dos ribeirinhos, de algumas aldeias indígenas e muitas vezes os deixam sem as mínimas condições ou perspectiva de vida.

A menor célula do movimento são os grupos de base, formados por grupos de famílias ou uma comunidade atingida, que se compromete com o movimento. Nela são feitas as discussões e a formação política sobre a importância do movimento e suas lutas. Além dos grupos de base existem as coordenações locais, estaduais e nacionais.

Participam dos grupos, não só as famílias que possuem terras nas comunidades, mas também aquelas que de alguma forma dependem economicamente da comunidade atingida para viver ou do próprio rio, ou seja, os arrendatários, os posseiros, os pescadores, os meeiros, os parceiros, os agregados, os trabalhadores rurais sem-terra, entre outros. (Organização in <<http://www.mabnacional.org.br/?q=organizacao>> acesso em 21/11/11).

O movimento busca esclarecer aos atingidos e interessados, sobre cinco questões, básicas. Água, Direitos Humanos, Energia, Gênero, Barragens no Brasil. Água e energia, nesse caso

---

<sup>4</sup> Novos Movimentos Sociais citado na primeira parte desse trabalho segundo a conceitualização de Arato e Cohen (1992), mas explicitados por Downing (2002).

intrinsecamente ligados, fazem parte da discussão maior que acaba trazendo um leque de temas para serem esclarecidos. Os direitos humanos e a discussão de gênero são importantes pelas consequências das barragens sobre as comunidades, inclusive sobre os problemas que afetam unicamente as mulheres, demanda ainda recente nos movimentos sociais. Por fim, tudo que envolve as barragens no Brasil e seus impactos são discutidos e esclarecidos, isso com o apoio de outras instituições de ferramentas estatísticas e geográficas, sempre atualizando os dados.

Dentro das ferramentas que ajudam o MAB no movimento, veio à necessidade de ter canais próprios de comunicação, formação política e também de uma espécie de banco de dados para as ações e todo o tipo de mídia que tenha relação, e principalmente apoio ao movimento.

O banco de dados, com todas as informações e mídias disponíveis para *download* situa-se no endereço <http://www.mabnacional.org.br>. Nele está o conteúdo de todas as ações do movimento e as seguintes mídias: Artigos, Fotos, Jornais, Músicas, Poesia, Publicações, Rádio, Teses e Vídeos.

A análise aqui referida será feita no Jornal do MAB, que apesar de disponível para *download* no site, é originalmente uma publicação impressa de períodos entre três e cinco meses de acordo com as movimentações e progressos dos atingidos. O corpus ficou dividido nas edições de nº 12 a Nº 18. Dentro dessas edições vai ser mostrado o potencial radical alternativo presente na discussão de água e energia. Além de identificar o tema, ele será estudado sobre sua abordagem dentro do jornal e em seu respectivo contexto, baseando-se no que já foi discutido aqui sobre a realidade política e econômica do Brasil.

### **O jornal do MAB e o potencial Radical Alternativo**

De início, o jornal do MAB encontra-se diretamente ligado ao movimento e por isso, dispõe de uma organização mais aprimorada, ao contrario de algumas mídias espontâneas, que por isso também acabam por ser efêmeras.

Por ser uma mídia organizada, dentro de um movimento organizado, a produção do material jornalístico fica a cargo de um núcleo de comunicação, que são os gestores da informação.

Quanto à sua organização, podemos classificá-la no que Downing (2002) chama de mídia radical de autogestão, pois é um grupo do próprio movimento que toma conta da mídia e abre (ou não) o canal de comunicação. O jornal é definido em um processo de organização e reflexão dos temas e da abordagem dos temas para que a militância e a audiência ativa disponham de meios para colaborar e para receber as informações. O Jornal do MAB tem um seleto grupo de profissionais da comunicação, responsáveis pela produção e publicação do jornal, mas com o objetivo de refletir os problemas dos atingidos e de formá-los dentro do objetivo do movimento, assim podemos lembrar Enzensberger (2003), quando fala do papel dos especialistas, onde se encaixa o comunicador que,

Sua utilidade social pode ser mais bem equacionada com base em sua capacidade de aproveitar os momentos de emancipação das mídias e amadurecê-los (...) trabalho do autor deve ser o de agente das massas.  
(p.111-2)

Mais do que isso, Enzensberger (2003) defende esse tipo de mídia como a indústria da consciência, pois se trata de um tipo de comunicação que atinge os corações e mentes da população e ainda por cima em larga escala. Se o comunicador pode alcançar um grande contingente de pessoas e tornar-se agente das massas, a comunicação emancipa.

Para tal, o movimento faz parcerias para que não apenas sua mídia possa ser aprimorada, mas visando alcançar mesmo a mídia massiva. Na edição Nº 12, página 2, é apresentada a notícia “MAB e UFRJ formam primeira turma de especialistas em energia”.

Como movimento social, o MAB encontra-se na classificação de Downing (2002) de um movimento de atores sociais e racionais que por falta de propriedades e pela pobreza precisam de ferramentas para exercer influencia. Aqui, especificamente, falamos muito além de pessoas sem propriedades e pobres, mas de problemas sociais e de uma influencia sobre a cultura que tem sido

nociva à biodiversidade e sociodiversidade desses atingidos, onde o único final válido e proveitoso é a extinção do modelo privatizado de energia e água, que culminam as barragens.

Por esses problemas que nascem com os atingidos, o jornal tem que pautar-se nas consequências que todo esse processo desencadeia nessas classes subalternas. Os grupos de base levam os temas recorrentes, daquela comunidade atingida, para as regionais e assim para as nacionais que em uma seleção pela diretoria e por um grupo de comunicação específico que faz o jornal. Assim essas experiências servem também para o processo contrário, voltam aos militantes e os preparam.

Durante o mês de setembro, militantes do MAB fizeram um amplo trabalho de base em 30 comunidades de quatro municípios do Vale do Ribeira, na região sul do estado de São Paulo. A perspectiva é fazer o mesmo trabalho em toda a região do Vale, que tem um histórico de luta e resistência de mais de 20 anos contra as construções de hidrelétricas no rio Ribeira de Iguape. (MAB, 2011, p.18).

Há três funções do jornal, partindo desse pressuposto: 1) Reunir os problemas dos atingidos e difundir para toda a sociedade, pois a mídia hegemônica não o faz; 2) Levar aos atingidos soluções e a discussão ampliada sobre esses problemas, já que eles são vistos na mídia hegemônica ao lado das questões do capital; 3) Servir de formador para os grupos de base sobre as questões que envolvem o movimento, para que sua participação e ativismo sejam direcionados e conscientes, dentro das necessidades e a unidade do MAB.

Exemplo disso é encontrado nas páginas de 8 a 12 da edição 12 do jornal, onde é posto um pedagógico e explicativo quadro intitulado, “Mas por que as grandes empresas têm tanto interesse em tantos projetos de barragens?”. Nele são mostrados os quatro principais motivos do interesse das empresas sobre as barragens, incluindo, principalmente, o baixo custo o alto retorno.<sup>5</sup>

Não há como descartar a idéia de que a mídia tem força de formação dos indivíduos e que o jornalismo é uma forma de conhecimento, que é o responsável, muitas vezes, pela ampliação dos conhecimentos sobre determinados fatos e da própria produção histórica do ser humano, pois,

A comunicação está no âmago da atividade prática coletiva, da produção social do conhecimento que emana dessa atividade e, ao mesmo tempo, a pressupõe. Portanto, está no âmago da produção histórica da sociedade e da autoprodução humana. (GENRO FILHO, 1987. p.126).

Com isso, o jornal consegue ser mais democrático que a mídia massiva, pois seus consumidores principais não apenas lêem o jornal, mas acabam sendo uma “audiência que elabora e molda os produtos da mídia, e não apenas absorve passivamente suas mensagens...” (Downing, 2002, p.38).

Essa relação de audiência ativa surge aqui não apenas pela necessidade de formação dos atingidos e do restante do público leitor, assim percebemos que,

A audiência um tanto estática e individualizada (...) é apenas um modo de apropriação do conteúdo da mídia. O impacto da mídia radical alternativa precisa, portanto, ser dissociado das nossas suposições frequentemente axiomáticas sobre as audiências. (DOWNING, 2002, p.41)

Por isso, a edição 17 lembra e propõe que,

---

<sup>5</sup> Ver anexo 1 – Página do Jornal do MAB

No Brasil, no mês de agosto, os trabalhadores também se preparam para lutar por melhores condições de vida. Bandeiras históricas serão resgatadas. No entanto, haverá um processo de disputa política intensa, dentro da polarização dos interesses do capital e dos trabalhadores, e somente serão convertidas em direitos se houver lutas massivas e unitárias. (p.4)

Possuindo a hegemonia, essa mídia massiva descontrói a face emancipatória dos movimentos sociais e suas lutas, criminalizando-os e justificando isso dentro do sistema. Esse é o primeiro passo da necessidade da mídia radical ser contra hegemônica.

Downing (2002) diz que enfrentar o capitalismo não demanda apenas destronar a hegemonia vigente, mas existe a necessidade de impor uma visão alternativa de domínio cultural e de liderança, que seja convincente de como poderia ser um novo modelo de organização, uma nova hegemonia.

Títulos do jornal como, “Movimentos reafirmam necessidade de luta e unidade contra a privatização da água” da edição 17, ou “MAB e UFRJ formam a primeira turma de especialistas em energia” da edição 12, reforçam a luta contra o modelo vigente de da política da água e energia no Brasil, mais do isso, podemos dizer que com a colaboração do jornal esses outros modelos já podem ser implantados, como é mostrado na edição 15, página 5, sobre A Plataforma Operária e Camponesa para Energia.

‘O MAB e os demais movimentos e organizações que elaboraram a plataforma estarão atentos para os compromissos do novo governo e esperam que, de agora em diante, os atingidos por barragens e a sociedade em geral tenham mais participação nas definições da política energética nacional’, complementaram. (p. 5)<sup>6</sup>

O jornal do MAB é claro quando busca as políticas sociais e de recompensação dos atingidos, dentro do próprio sistema a curto e médio prazo, mas não descarta que o modelo de privatização da água e da energia precisa ceder, já que o lema do jornal é água e energia não são mercadorias, bandeira contra a privatização e o capitalismo.

Para Enzensberger (2003) a mídia é uma arma e tem em sua característica o potencial manipulador. Não há problema aqui em a mídia ser uma arma e ser instrumento de manipulação, o problema é de que forma ela é usada. Já que o jornal do MAB tem seus objetivos e a luta contra a hegemonia da água e da energia no Brasil, seu objetivo é então ser arma contra essa hegemonia. Sua manipulação tem esse objetivo claro e definido, basta perceber em sua linha editorial, pois desde a edição 12 até a 18 suas notícias tem sido direcionadas contra esses problemas, não apenas as consequências, mas ao problema de modo geral que é a política econômica brasileira e mundial, alicerçada no capital. Como a mídia massiva tem sido usada para esconder os problemas da sociedade, a mídia radical alternativa tem o objetivo de mostrar esses problemas, como vemos na edição 15, página 4, onde a reportagem mostra não apenas a violação dos direitos humanos nas barragens, mas o padrão de violação que a empresas tem para aumentar cada vez mais seu lucro, tudo isso com certo apoio dos órgãos governamentais<sup>7</sup>.

Quando essa arma ganha dimensão internacional, e o jornal do MAB tem tido essa repercussão, em função de seu tema abrangente, essa mídia se vê com problemas. Tomar dimensão global indica que agora será enfrentada a hegemonia global, que é mais dura e mais consistente, principalmente a sua mídia.

Na edição 13, temos a chamada “Mobilizações nacionais e internacionais marcaram Dia de Luta contra as Barragens”. Nessa notícia é apresentada a luta e os problemas de varias barragens, e apoio ao movimento contra Belo Monte.

Acampanamentos e ocupações são mostrados e incitados em vários lugares do Brasil e do mundo, inclusive na Tailândia. O jornal mostra alguns resquícios de outros movimentos, como

<sup>6</sup> Ver anexo 2 – Página do Jornal do MAB

<sup>7</sup> Ver anexo 3 – Página do Jornal do MAB

pichações à sede da empresa de energia e outras marcas do que pode ser caracterizadas como resistência infrapolítica, que Scott apud Downing diz ser onde a resistência passa pelas minúcias de simbolismo fúteis, mas com influências incisivas, como gestos, anedotas, sabotagem e muitos outros.

### Considerações finais

O contexto do Brasil é constantemente a invasão do neoliberalismo apoiado pelas políticas lulistas, por isso a transformação de Movimentos Sociais em NMS's, aparece quebrando sua identidade proletária e absorvendo-os pelo sistema. O jornal do MAB tem sua importância não apenas dentro do movimento, mas de modo geral.

Seu potencial de mídia radical é forte, pois ele tem o objetivo de quebrar às regras (contra hegemonia) e aborda uma alternativa hegemônica, uma nova cultura para água e energia e isso tudo através de uma relação de audiência ativa com os integrantes do movimento e com demais leitores do jornal.

Suas colaborações, como na Edição 12, são bem explicadas e pedagógicas sobre as demandas do movimento e as formas de exploração que se delineiam através das barragens, principalmente o baixo custo e alto retorno da energia delas. Então não se trata apenas de um informativo, mas de um formado de sujeitos emancipados e que trabalham desde já para substituir essa cultura dominante.

### Referências:

- ARBEX Jr. José. *Lulismo Fora do Eixo*. In: Revista Caros Amigos: A primeira à esquerda, Nº173/ Agosto de 2011.
- DOWNING, John D.H. *Mídia radical: Rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais*. 2º ed. Trad. Silvana Vieira. São Paulo: Editora Senac, 2002.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia. Uma Introdução*; Tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus. *Elementos para uma teoria dos meios de comunicação*. São Paulo: Conrad Editora, 2003.
- GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto alegre: Tchê, 1987. Disponível em [www.adelmo.com.br](http://www.adelmo.com.br).
- HOUTART, François. *Os Movimentos Sociais e a Construção de um Novo Sujeito histórico*. (p. 421-30) In BORON, A; AMADEO, J; e GONZÁLES, Sabrina (Org's). *A teoria Marxista Hoje: Problemas e Perspectivas*. 1ª Ed. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.
- Jornal do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem. Número 12 a 18. São Paulo, 2010-2011.
- MAB. Organização in <http://www.mabnacional.org.br/?q=organizacao> acesso em: 21/11/2011.
- PERUZZO, Círcia Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: A participação na construção da cidadania*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- PINASSI, Maria Orlanda. *O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política*. In: Revista Herriamenta: Debate y crítica marxista, Nº 46, acesso em 11/2011.
- SOUZA, Adinari. *Os Atingidos pela Barragem de Acauã do Estado da Paraíba e sua Inserção Político-Pedagógica no Movimento de Luta Por Direitos Sociais*. III Jornada de Internacional de Políticas Públicas. São Luis – MA, 28 a 30 de agosto de 2007.



## AVANTE!



**4** Pela eficiência da fonte hidráulica em produzir energia elétrica: A mesma água de um rio pode ser utilizada diversas vezes, basta que sejam construídas diversas hidrelétricas num mesmo rio, como se fosse uma escadaria de usinas.

A situação dos empreendimentos hidrelétricos na bacia do rio Uruguai



**3** Pelo potencial hidrelétrico existente no Brasil: O aproveitamento do potencial hidrelétrico no mundo revela que na maioria dos países ricos e desenvolvidos, os principais rios já foram utilizados para construção de usinas. Nestes países, o aproveitamento chegou ao seu limite máximo, apresentando enormes dificuldades na construção de novas barragens. Com isso, a indústria de barragens (formada por empresas como a Siemens, Alstom, General Electric, VA Tech, etc) buscam encontrar novas regiões no mundo para manter seus negócios e altos faturamentos.

*No Brasil, além de suprir a escassez energética de muitas multinacionais, os capitalistas hegemônicos estão buscando apropriar-se tanto do potencial hidrelétrico já implantado no nosso país como do potencial ainda possível de ser aproveitado. Isso se acelerou com as privatizações das estatais no início da década de 90.*

**b** A fonte hidráulica apresenta alta produtividade. A energia hídrica possui alta eficiência energética se comparada com a fonte térmica, predominante no mundo. Eficiência energética é a capacidade que o sistema possui de perder o mínimo de energia possível no processo de transformação de uma energia em outra. No caso da barragem, de transformar a energia mecânica (fluxo da água) em energia elétrica através da turbina.



**c** É a fonte de menor custo de produção, pois a matéria prima utilizada nas turbinas (água) não apresenta nenhum custo, está "estocada" no lago, por isso o custo médio para gerar 1 Mwh gira em torno de 20 dólares. Devemos lembrar que este

baixo custo deve-se à negação dos direitos sociais pelas empresas e por não repararem os danos ambientais.

**d** O Brasil possui um dos sistemas mais eficientes do mundo, é o chamado "Sistema Interligado Nacional", que permite levar energia de uma região para outra, conforme a intensidade das chuvas, fazendo os lagos das hidrelétricas funcionarem como uma grande caixa de água. Ou seja, o sistema interligado permite o controle sobre todo rio, sobre a bacia hidrográfica, inter-bacias e inter-regiões.



Mesmo com todas estas vantagens e o baixo custo para produzir, o Brasil tem a 5ª tarifa de energia mais cara do mundo. Por quê?

Isto ocorre porque dentro do modelo de sociedade capitalista, a mercadoria "energia elétrica" produzida a baixo custo nas barragens não tem seu preço estabelecido pelo custo de produção real, e sim,

### Anexos:

Anexo1: Jornal do MAB, página 6, edição 12.



## Plataforma Operária e Camponesa para Energia: uma semente do projeto energético popular

**F**ruto de uma série de discussões e debates, a *Plataforma Operária e Camponesa para Energia* é um conjunto de propostas formuladas pelos movimentos sociais da Via Campesina, Federação Única dos Petroleiros, Federação Nacional dos Urbanitários e por sindicatos de eletricitários. Desde o segundo semestre de 2009, essas organizações tem apontado linhas para que a energia esteja, de fato, a serviço do povo brasileiro, buscado impulsionar esta reflexão na sociedade e junto ao governo, nas esferas estaduais e federal.

Para o Movimento dos Atingidos por Barragens, o fato de agregar organizações do campo e da cidade para discutir este tema tão estratégico, por si só, já é um elemento positivo e de vitória dos trabalhadores, principalmente neste período tão adverso ao fortalecimento das lutas populares. "Porém, os passos que fomos construindo nessa plataforma nos apontam o quanto é importante agregar forças articuladas entre os camponeses e operários", disse Luiz Dalla Costa, do MAB.



A *Plataforma Operária e Camponesa para Energia* já foi entregue para a presidente eleita, Dilma Rousseff, e, em Brasília, durante a solenidade de assinatura do decreto que cria regras para o cadastro dos atingidos por barragens, o MAB entregou para o presidente Lula. Na oportunidade, as lideranças do MAB criticaram a entrega do setor elétrico para as empresas privadas durante a onda de privatizações dos anos 90. Segundo elas, é necessário retomar o

setor elétrico sob controle do povo brasileiro e essa é uma luta de toda a sociedade.

"O MAB e os demais movimentos e organizações que elaboraram a plataforma estarão atentos para os compromissos do novo governo e esperam que, de agora em diante, os atingidos por barragens e a sociedade em geral tenham mais participação nas definições da política energética nacional", complementaram.

### Repercutindo a Plataforma

O documento inicia com uma carta ao povo brasileiro e às organizações do campo e da cidade. Nela, o alerta de que, na sociedade em que vivemos, a energia é o centro da reprodução do capital, que a utiliza como forma de acelerar a produtividade dos trabalhadores e com o objetivo de expropriar e acumular o máximo possível de valor nas mãos dos grandes grupos privados.

Em 12 pontos, são apresentadas as principais propostas do projeto. São elas: enfrentar as transnacionais privadas da energia, mudança na política de tarifas da energia elétrica, o fim da política tarifária que concede privilégios e subsídios aos grandes con-

sumidores de energia elétrica (consumidores livres), a defesa de que "O petróleo tem que ser nosso", os direitos das populações atingidas por projetos de energia, o fim da terceirização do trabalho dos trabalhadores, a busca por tecnologias alternativas de energia, mudança no atual padrão de consumo, o fim das agências reguladoras, o financiamento público pelo BNDES, a devolução dos 10 bilhões de reais cobrados irregularmente pelas distribuidoras de energia e que todas as concessões de energia elétrica que vencem até 2015 permaneçam e/ou retornem ao controle estatal e público.



## Aprovado relatório que aponta violação dos direitos humanos em barragens

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) reconhece a existência de um padrão de violações dos direitos humanos na construção de barragens

**R**eunido em Campo Grande (MS), no dia 22/11, o CDDPH aprovou o relatório da Comissão Especial que analisou, durante 4 anos, denúncias de violações de direitos humanos no processo de implantação de barragens no Brasil. O presidente do Conselho e Secretário Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, parabenizou a Comissão e considerou seu trabalho "árduo e histórico".

O Relatório Final possui uma parte dedicada às recomendações e considerações gerais para garantia e preservação dos direitos humanos dos atingidos por barragens e outra referente ao acompanhamento das denúncias dos casos acolhidos pela Comissão Especial. A saber: UHE Canabrava, UHE Tucuruí, UHE Aímorez, UHE Foz do Chapecó, PCH Fumaça, PCH Emboque e Barragem de Acauã.

Segundo o relatório, "os estudos de caso permitiram concluir que o padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado, de maneira recorrente, graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual".

A comissão identificou, nos casos analisados, um conjunto de 16 direitos humanos sistematicamente violados, dentre os quais, merecem destaque o direito à informação e à participação; direito ao trabalho e a um padrão digno de vida; direito à moradia adequada; direito à melhoria contínua das condições de vida e direito à plena reparação das perdas.



Atingidos pela Barragem de Acauã, visitados pela Comissão Especial

Entre os principais fatores, apontados pelo relatório, que causam as violações de direitos humanos na implantação de barragens estão a precariedade e insuficiência dos estudos ambientais realizados pelos governos federal e estaduais, e a definição restritiva e limitada do conceito de atingido adotados pelas empresas.

Segundo a coordenação do MAB, o relatório só confirma as denúncias que o movimento vem fazendo há anos. "Agora, iremos realizar encontros para debater o conteúdo do relatório com os atingidos por barragens de todo o Brasil e discutir o que faremos para pressionar para que se apliquem ações de reparação. Além disso, iremos sugerir que o próximo trabalho da Comissão seja um estudo sobre as violações dos direitos das mulheres nas áreas de construção de barragens", afirmou a coordenação.

### Recomendações

A comissão recomendou a adoção de mais de 100 medidas para garantir e preservar os direitos humanos dos atingidos por barragens e evitar novas violações. De acordo com o representante do Ministério Público Federal (MPF) na Comissão, João Aquino Omoto,

a aprovação do relatório é de extrema importância, pois é o reconhecimento do Estado de uma situação que estava se perpetuando sem que houvesse, de fato, medidas e propostas pra resolvê-la. "De posse do relatório aprovado, nos reuniremos internamente no MPF para saber de que maneira vamos nos organizar para cobrar dos órgãos do Estado o atendimento a essas recomendações", afirmou o procurador.

Em nota, o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) agradeceu o trabalho da Comissão Especial, manifestando seu profundo respeito e consideração com todas as pessoas que participaram da elaboração do relatório. Além disso, o movimento pediu para que todas as instituições que participaram da Comissão fizesse o possível para exigir a implementação das reparações e sugestões propostas.

As principais recomendações são: que os estudos, os cadastros sociais de atingidos e desapropriações sejam de responsabilidade do poder concedente (governo federal e estadual) e pagos pelas empresas; que a Secretaria Especial dos Direitos Humanos constitua uma Comissão de Reparação, com a participação de outros órgãos governamentais; que todos os projetos devem contemplar planos de recuperação e desenvolvimento econômico e social (custeados pelas empresas proprietárias das barragens); e que se estabeleça regras e procedimentos para a indispensável participação e manifestação direta de populações tradicionais, quilombolas e indígenas em processos decisórios.